

Thiago Canettieri
William Azalim do Valle

Dos excluídos da cidade à revolução urbana

definições de um novo sujeito político

Resumo

A cidade contemporânea é produzida coletivamente, apesar de ser apropriada como fonte de renda, juros e lucro de uma pequena parcela da população. Tem se observado nas cidades um intenso processo de produção, em uma dimensão cada vez mais abrangente, da desigualdade, sendo derivada do funcionamento do sistema urbano, a partir da produção capitalista do espaço que cria uma massa de sujeitos que tem o direito à cidade negado: o precariado urbano. O presente artigo é uma contribuição à reflexão sobre o intenso processo de despossessão ao qual os trabalhadores urbanos são submetidos e sobre as possibilidades de mudança desse quadro social, a partir da formação de um sujeito coletivo urbano.

Palavras-chave: Exclusão social; Precariado; Direito à cidade; Sujeito político.

Abstract

The contemporary city is collectively produced, despite being appropriated as a source of income, interest and surplus by a small portion of the population. It has been observed in cities intensive production process of inequality in a broader dimension, derived from the operation of the urban system, from the capitalist production of space that creates a mass of individuals who have the right to the city denied: the urban precariat. This article is a contribution to the reflection on the intense dispossession process to which urban workers are subjected and about the possibilities for change these social situation, from the formation of an urban collective subject.

Keywords: Social exclusion; Precariat; Right to the city; Political subject.

Thiago Canettieri

é professor no IFMG Ouro Preto e doutorando em Geografia UFMG.

thiago.canettieri@gmail.com

William Azalim do Valle

é mestrando em Engenharia de Produção UFMG.

INTRODUÇÃO

As cidades contemporâneas têm sido produzidas (e reproduzidas) sobre uma dimensão cada vez mais segregada. Realidade que se escancara, inclusive sendo noticiada pela mídia com manchetes que revelam este seu caráter: “1% mais rico de São Paulo abocanha 20% da renda da cidade; há dez anos eram 13%¹”; ou, no contexto europeu, “OCDE aponta aumento de abismo entre pobres e ricos na Europa²”. Este foi o tom do frisson causado pelo livro de Piketty (2014), “O Capital no século XXI”, que mostra o aprofundamento das desigualdades decorrentes do capitalismo contemporâneo.

No processo de globalização (ou globalitarização), observa-se a crescente onda neoliberal que passa a pautar a economia dos países e cidades. Os direitos sociais conquistados foram transformados em serviços, mercadorias a serem vendidas. O cidadão, segundo Santos (1993, p.121) se torna “[...] ensombrecido pelo usuário e consumidor, dificultando a formação do homem público.”. Este processo é verificável na dinâmica urbana contemporânea. David Harvey (2008, p.31) afirma que a “[...] “qualidade da vida urbana se tornou um produto a ser consumido, assim como a cidade.”. É essa a base que garante a morfogênese do urbano contemporâneo.

Apresenta-se, portanto, a cidade como resultado da sociabilidade capitalista, marcada pelo processo de produção, circulação e acumulação de capital. Por isso, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Boulos (2014), afirma: “A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria.”.

Para entender este contexto, deve-se aumentar o escopo de análise do marxismo tradicional. A luta de classes ultrapassa os muros das fábricas, como foi descrito por Marx (2013) durante o século XIX. Como ressalta Maricato (1988), a questão urbana nem sempre fez parte da análise da esquerda, que priorizou, durante muito tempo, a luta operária e camponesa em senso estrito. No entanto, uma nova tradição de intelectuais da esquerda³ se debruçam hoje sobre a cidade para entender seus processos.

1 Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/08/1494444-1-mais-rico-de-sp-abocanha-20-da-renda-da-cidade-ha-dez-anos-eram-13.shtml>. Acesso em 3 dez. 2015.

2 Disponível em: www.cartacapital.com.br/internacional/ocde-aponta-aumento-de-abismo-entre-pobres-e-ricos-na-europa. Acesso em 3 dez. 2015.

3 Entre eles, podemos citar a própria Maricato (2003, 2009), Raquel Rolnik (1988); Lúcio Kowarick (1980); Carlos Vainer (2000); Harvey (1980, 2009, 2012); e Neil Smith (2005, 2007).

Esses autores concordam que a luta de classes, hoje, é expressa e materializada nas cidades. Pode-se falar que a metrópole de hoje está para o circuito contemporâneo do capital como a fábrica esteve para o capitalismo do século XIX. A produção e apropriação de mais-valia não acontece, prioritariamente, no chão da fábrica, nas linhas de montagens, nos latifúndios do campo; mas nas relações sociais cotidianas que se tornam cada vez mais mercantilizadas. O produto dessas relações sociais, o urbano, como argumenta Harvey (2009, 2012) em diversas oportunidades, torna-se mercadoria essencial para a sobrevivência do capitalismo.

Muito da história recente, referente aos estudos urbanos críticos, tem sido marcado com um compromisso dos autores na construção de uma política de transformação emancipatória e com a criação de um sociedade mais justa (Swyngedouw, 2014). O presente artigo é uma contribuição a esse entendimento, refletindo sobre o intenso processo de despossessão ao qual os trabalhadores urbanos são submetidos, (Harvey, 2012) até a abertura de uma possibilidade de mudança a partir da cidade (Lefebvre, 2001). A reflexão que aqui consta é a tentativa de sistematizar, em linhas gerais, como está organizada a classe de trabalhadores precarizados no espaço urbano para, então, questionar suas possibilidades de emancipação.

O URBANO COMO EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

O urbano foi tornado mercadoria em um intenso processo de sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso da cidade. Como descrito por Marx (2013), a mercadoria é produzida a partir do trabalho explorado e alienado do trabalhador, portanto, a mercadoria lhe é estranha. Com a cidade não foi diferente: Produzida coletivamente, mas apropriada de forma privada. Acontece, então, no urbano, a separação de classes. A organização social da separação do trabalho – capital passa a se materializar no urbano, seguindo os mesmos padrões. É a partir da contradição social entre capital e trabalho que ocorre, de maneira expressa no espaço urbano, a criação do centro e da periferia (Lefebvre, 1981).

A expressão da desigualdade é observada no conteúdo da segregação espacial. As cidades revelam em sua cartografia socioespacial o funcionamento de diversos mecanismos que atuam, de forma sinérgica, a reproduzir a desigualdade entre as classes⁴. A divisão

4 Seguindo Lefebvre (1981), podemos pensar que as relações de produção encerram as contradições de classe (capital/ salário) que se amplificam em contradições sociais (burguesia/

de classes em âmbito social é expressa espacial e materialmente no urbano (Harvey, 2012). Esta organização possui um forte impacto na estrutura urbana da cidade. Sua organização espacial – das vias, dos aparelhos públicos e privados, das amenidades, das áreas de lazer e cultura, e até da legislação do uso e ocupação – é influenciada pelo fenômeno da segregação.

No entanto, o fenômeno da urbanização capitalista procura integrar seus elementos em um todo de forma coerente, em diferentes níveis, segundo diferentes modalidades: Pelo mercado, pela ideologia, pelos valores e pela ação do Estado. Embora integrados ao funcionamento estrutural do sistema sócio-econômico-espacial, muitos indivíduos sofrem a perversidade desta lógica. Ao mesmo tempo, essa sociedade capitalista pratica a segregação, produzindo e mantendo espaços que são destinados aos diferentes grupos sociais. Ou seja, integra-se para segregar; segrega-se para integrar.

A integração do todo à lógica capitalista só é possível com a manutenção de um grupo de indivíduos que são excluídos de quase tudo, mas que cumprem uma função dentro do sistema; a pobreza e a exclusão gerada pelo próprio funcionamento da sociedade capitalista a mantém. A segregação então ocorre para determinar de que forma esses indivíduos atuarão dentro da estrutura capitalista.

Sobre isso, destacam Mayer e Assis (2008, p.12) que “as relações sociais na cidade também estão estruturadas sobre aquela intransponível contradição que caracteriza o sistema capitalista.” De certa forma, essa estruturação urbana é responsável por sustentar as condições necessárias para a reprodução social. Esse é um dos pontos desenvolvidos por Lefebvre (1981) em seu livro *The survival of capitalism*. Só é possível para o capitalismo sobreviver ao produzir espaço e reproduzir as relações sociais de produção que incidem, dialéticamente, um sobre o outro.

Harvey (2012) observa que o processo de urbanização se tornou um instrumento essencial para a reprodução do capitalismo. Assim, o capitalismo está sempre produzindo os *surplus product* que a urbanização necessita, ao mesmo tempo em que o capitalismo precisa da urbanização para absorvê-los. Este processo envolve diversas frações do capital (em diferentes níveis de abrangência): Capital industrial, capital imobiliário, capital fundiário, capital especulativo, capital financeiro, entre outros. Esclarece Harvey (2012) que, ao iniciar a urbanização de uma

área (muitas vezes ligada a uma ação do Estado e de seu tesouro), as instituições financeiras fazem o empréstimo aos responsáveis por desenvolver a terra, que a compram dos proprietários. Assim, inserem-se as companhias construtoras que iniciam a intensa transformação do espaço. Ao final, o capital imobiliário parcela a terra, constrói as benfeitorias e coloca-as à venda no mercado. Para comprar, o consumidor final faz empréstimo a uma instituição financeira, e assim o ciclo se completa. Em todas estas etapas ocorre, de alguma forma, a acumulação de capital (seja pela exploração da mão de obra, pelos juros ou pela renda da terra).

Mas este processo só é possível, de acordo com Harvey (2012), a partir de um perpétuo processo de *displacement and dispossession* que possui uma clara dimensão de classe. Em primeiro lugar, afirma o autor, a produção de mais-valia sempre pressupõe que esta deve ser extraída de algum trabalho humano, no caso, da classe trabalhadora. O processo incide sobre as populações mais pobres que acabam perdendo seus espaços na cidade.

Em especial, se focarmos no desenvolvimento urbano brasileiro, percebe-se a produção de uma intensa segregação espacial em consequência da inserção do Brasil como um país capitalista dependente (Tonin, 2015), ao desempenhar um papel muito específico dentro da economia global. Como em outras sociedades capitalistas, a urbanização brasileira está ligada às práticas da reprodução ampliada do capital. No entanto, enquanto um país de industrialização tardia, baseado no que Oliveira (2013) chamou de uma industrialização dos baixos salários⁵, por consequência, afirma Maricato (2003), se tem uma urbanização dos baixos salários. Como aponta Tonin (2015), se pensarmos o acesso à habitação no Brasil, poderíamos dizer que o mesmo é determinado pelos baixos salários dos trabalhadores, tanto pelo lado da demanda, por conta alto custo da terra, quanto pelo lado da oferta, o que encarece o produto habitação, criando um mercado restrito e, portanto, que gera

5 O assalariamento do Brasil surge de uma economia exportadora que se apoiou durante três séculos sobre o trabalho escravo. O desenvolvimento do capital no país, que representa sua forma de inserção no mercado mundial, contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passará a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador (Marini, 2005). É sobre essa estrutura social marcada pela superexploração que se processarão a industrialização e a urbanização brasileiras.

proletariado) e políticas (governantes/ governados) até o nível da contradição do espaço: centro-periferias que reproduzem em vários níveis as desigualdades que passam a expressar a segregação.

exclusão (Maricato, 2003).

Maricato (2003, p.153) demonstra que, no Brasil, “a produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso” (Maricato, 2003, p.153). Isso significa reconhecer que a urbanização brasileira está relacionada com a produção habitacional baseada na autoconstrução (Oliveira, 2013), majoritariamente de maneira informal, o que implica uma interdição de vários direitos sociais (Maricato, 2003), em um intenso processo de espoliação urbana (Kowarick, 1980).

Pode-se afirmar que a urbanização brasileira está assentada em um processo de superexploração da força de trabalho (Marini, 2005) no qual se forja a classe de trabalhadores urbanos precarizados, que David Harvey (2012) denominou de “precarizado”.

O PRECARIADO URBANO

As fábricas não desapareceram. No entanto, não são mais o ponto nevrálgico da acumulação capitalista. Esta agora ocorre, majoritariamente, sob a forma financeira-rentista, baseada nos serviços, em especial, nos serviços prestados no urbano.

Busca-se destacar que a tarefa de (re)produzir o espaço urbano “[...] is increasingly done by insecure, often part-time and disorganized low-paid labor. The so-called precariat.” (Harvey, 2012, p.11). Ao chamá-los de “precarizado”, permite atualizar a tradicional visão de proletário, designando a principal característica desses trabalhadores: A precarização do trabalho de produção, como do trabalho de reprodução da vida.

No quadro urbano, a exploração direta do(as) trabalhador(as) se multiplica por meio de uma exploração indireta (Lefebvre, 2001) que se estende ao conjunto da vida cotidiana. Esta superexploração é evidenciada, por exemplo, no tempo livre do(a) trabalhador(a) gasto na autoconstrução de sua moradia, nas horas sacrificadas no longo percurso diário entre a casa e a fábrica ou, ainda, na carga do trabalho doméstico invisível e não remunerado desempenhado pelas mulheres, indispensáveis para a reprodução da força de trabalho (Mayer; Assis, 2008).

Compreendido por meio deste processo duplo de exploração, o conceito de precariado deve ser entendido em toda sua amplitude, agregando não só os trabalhadores que têm a mais-valia apropriada de forma indevida, mas também os excluídos que são, pelo próprio sistema (e para ele mesmo), negados de trabalhar (Jameson, 2011; Zizek, 2012). Assim, ao expropriar o espaço urbano de quem o produz,

garante-se a exclusão e a exploração das massas (Lefebvre, 2001). Se, na época de Marx, os excluídos do trabalho no setor produtivo capitalista poderiam ser considerados *lumpen* e de pouco conteúdo político, hoje, apresentado como precariado por Harvey (2012), é entendido como sujeito imprescindível para pensar o novo urbano.

UM NOVO SUJEITO COLETIVO SURGE NAS CIDADES

A definição de um sujeito coletivo foi discussão entre as organizações políticas de esquerda durante processos de insurreição na história. Na tradição marxista ortodoxa frequentemente é o proletariado fabril que ocupa esta definição. Todavia, o capitalismo passou por intensas reestruturações produtivas (Harvey, 2010) que realocam a importância exclusiva do trabalhador das indústrias como era no século XIX e início do XX. Todavia, não basta, a partir desta contestação, afirmar que podemos prescindir de refletir sobre a existência potencial de um sujeito coletivo. A cidade contemporânea, em especial a de um país capitalista dependente e periférico (como o Brasil), que se viu transformada rapidamente com a onda neoliberal da segunda metade do século XX e com as consequentes ondas migratórias para a cidade, apresenta um contexto bem diferente do que aquela dos tempos de Marx (2013) e força uma atualização dos mecanismos de exploração e da sua superação.

A metrópole passa a ter uma função central na organização da produção, e, mais do que isso, a produção de ambiente construído passa a ser essencial para absorver o capital sobreacumulado que, de outra forma, seria destruído (Harvey, 2012). Sobre isso, destaca-se a posição de Zizek (2009) que, refletindo sobre os habitantes das áreas periféricas ao redor do mundo, lembra que este contexto social é muito próximo do proletariado que Marx (2013) descrevia. No entanto, a realidade do século XXI obriga a radicalizar o conceito de proletariado. Será que se pode pensar na urbanização capitalista como um constante processo de desumanização? Como um processo de apropriação indevida do mais-valor produzido pelo trabalho humano?

Esta parcela da população urbana – o precariado –, que é cerceada dos meios de produção e da cidade que produz, é, como alerta Zizek (2014, p.57), “*deprived of all social substance*”. Assim, Lefebvre (2001), percebendo que se desenrolam no urbano várias das contradições da acumulação de capital, o autor afirma que será aí também, o lócus de novos sujeitos capazes de uma mudança social.

Própria da tradição marxista, esta dimensão representa um pensamento calcado na dialética. Como afirma Zizek (2014, p.38), é apenas a partir da opressão que se gera a abertura necessária:

For Hegel, spirit is the wound of nature, it derails every natural balance, but it is at the same time spirit itself, which heals its own wound. This Hegelian insight will be developed in its philosophical, theological, and political implications: why is the Fall a happy occurrence? Why does only the most brutal capitalist alienation open up the possibility for freedom?

Ou seja, a supressão de determinada forma de vida abre espaço para novas formas, deixando um X que é o oprimido que pode reinventar. A perda e opressão, a negatividade, podem se tornar positivada a partir da negação em um movimento propriamente dialético. Assim, é a partir deste processo de dominação das cidades que surge a chance de reinvenção das relações urbanas que nelas acontecem⁶.

Neste sentido, é possível perceber que os grupos sociais excluídos da cidade, por mais assujeitados pela dinâmica de acumulação de capital, reside nelas a possibilidade de ocupar, organizar e reestruturar os espaços da cidade. É por isso que Swyngedouw (2014, p.12) afirma:

The political act, then, is the voice of floating subjects that desregulate all representations of place and portions and that occupies, organizes and restructures spaces (Swyngedouw, 2014, p.12).

Por isso a destacada importância dada por Milton Santos (2001) aos pobres e, em especial, aos pobres urbanos. Sujeitos obrigados a viverem com a restrição do acesso de bens e serviços, são extremamente criativos em reinventar as formas de organização da vida, do trabalho e da solidariedade, na experiência cotidiana da escassez (o autor fala da existência de uma sapiência própria dos pobres). Longe de ser um elogio romântico da pobreza, Santos (2001) parte da constatação dialética do processo de geração dos pobres para refletir sobre a possibilidade de emancipação.

Assim, levanta-se a questão: É possível pensar o precariado urbano como esse sujeito coletivo capaz de realizar transformações na sociedade? A resposta não pode ser formulada sem surgirem novos problemas que são necessários destacar. Se, de um lado, a definição de uma classe trabalhadora fabril define limites bem compreensíveis – trabalhadores de setores industriais –, o precariado seria um setor de classe

mais frouxa, no sentido de que não delimita claramente as condições de trabalho deste sujeito, porque podem ser diversas. Daí as dificuldades apresentadas por Harvey (2012) da falta de uma unidade característica e de compreender as demandas e queixas desta classe:

the problematic and disorganized “precariat” must be reckoned with. How such disparate groups may become self-organized into a revolutionary force is the big political problem. And part of the task is to understand the origins and nature of their cries and demands. (Harvey, 2012, p.12)

Enquanto em um sindicato, o interesse maior de participação do sujeito social estaria na discussão de questões relativas ao trabalho de produção e os desejos a outros elementos da vida de reprodução, como a casa, o transporte, a saúde e a educação, para o precariado, as pautas econômicas de reprodução se apresentam como interesse central na atuação do trabalhador, enquanto seus desejos de produção seriam pautas secundárias.

Esta série de demandas práticas e cotidianas que busca satisfazer acontece por meio de uma dimensão reivindicativa e, em larga medida, combativa com a lógica do capital. Por isso, reorientar a ação política através das demandas mais materiais das populações excluídas, na verdade, representa, como aponta Harvey (2012), uma forma de reconquistar o direito à cidade como um projeto político abrangente. É, portanto, a partir deste entendimento que é possível compreender a busca por uma cidade melhor que passa, talvez necessariamente, nas revoltas das Rebel cities (Harvey, 2012).

É a partir deste pano de fundo que devemos entender as considerações de Badiou (2012), para quem as revoltas urbanas da primeira década do século XXI em todo o mundo representam um sinal imanente do retorno à ideia universal de liberdade, solidariedade, equidade e emancipação. A passagem ao ato através de um procedimento-verdade político⁷ que seja capaz de dar vazão às demandas práticas e cotidianas dessas populações urbanas. Assim, será possível reconquistar “renovado direito à vida urbana” (Lefebvre, 2001, p.155).

Da mesma forma que as questões referentes à

⁷ Sobre isso, em outra oportunidade, Badiou (1999, p.37) explica: “O procedimento-verdade da política significa que sua essência é a prescrição de uma possibilidade de ruptura com aquilo que existe”. Portanto, o autor, diferente da concepção clássica da verdade como adequação entre fato e representação, entende o “procedimento-verdade” como sendo a ruptura numa dada situação, sempre portadora de uma radical novidade.

⁶ Todavia, não é apenas através da constatação de uma lógica dialética que reside a capacidade de uma mudança social.

unidade e à demanda surgem pela dinâmica urbana, sua solução também. As várias lutas urbanas nascem a partir das necessidades materiais das populações que são negadas pelo funcionamento característico do sistema capitalista. Podemos considerar a luta por moradia um destes exemplos, possuindo em seu núcleo uma dimensão anticapitalista que pode ser explorada pelos movimentos sociais. Se a moradia se tornou um ativo financeiro (Harvey, 2012), o acesso se tornou cada vez mais restrito (Maricato, 2008) e, assim, observa-se que tem se produzido cada vez mais pessoas sem-teto, mesmo que o ritmo da produção de moradia tenha aumentado (Boulos, 2014). Assim, nascem as ocupações de terrenos e imóveis urbanos como solução encontrada por esta população (Canetti, 2014)⁸. As ocupações urbanas podem fornecer a unidade territorial de vários trabalhadores a partir da demanda por efetivação da moradia, além de produzir coletivamente o espaço a partir de lógicas diferenciais ou insurgentes que indicam possibilidades de novas formas coletivas de organização⁹.

É desta dimensão que Benjamin (2008) apresenta a ideia de *Occupancy urbanism*. O termo de Benjamin (2008) designa a ação destes grupos pobres e excluídos que passam a agir ativamente sobre o desenho da cidade e na prática urbana. O autor reconhece que representam espaços multifacetados mas que contribuem na formação de uma política local autônoma capaz de representar um movimento indisciplinado e subversivo contra as lógicas dominantes da globalização “globalitária” neoliberal. No limite, o ato de ocupar representa a ascensão dos indivíduos excluídos à condição de sujeitos como é explicitado por Axel Honnet (2009) em sua “Gramática moral dos conflitos sociais”. Assim, esses sujeitos dão visibilidade às suas narrativas em oposição às metanarrativas que usualmente dominam o espaço urbano (por exemplo “O mercado”). E este conflito é motivado a partir das estruturas que coordenam a reprodução das classes sociais. Portanto, não seria errado situar as ocupações como expressão material nas cidades da luta de classes (afinal, como afirmou Marx (2009), a luta de classes é o motor da história). Por isso Zizek (2009) destaca a importância dos moradores das periferias globais para alguma mudança social. Como o autor desta-

ca: “*It is extremely surprising how many of their [of the slum-dwellers] features fit the old marxist definition of the proletarian revolutionary class*” (Zizek, 2009, p.3).

Assim, é necessário mobilizar esforços para garantir coesão política (ou o que Lukács (2003) chamou de consciência de classe) para, assim, buscar uma nova organização social e política baseada em princípios de solidariedade e não de individualidade. E a cidade é o espaço primordial para este resgate (Lefebvre, 2001).

Portanto, na cidade está a possibilidade para uma luta emancipatória que está para além do conflito, mas vincula-se a reprodução cotidiana da vida, que parte exatamente do ato de negação da urbanização capitalista enquanto coordenada hegemônica da realidade que organiza objetivamente e subjetivamente as práticas e percepções dos sujeitos. É um processo criativo de reinventar as próprias bases da sociabilidade sem, no entanto, romantizá-las e ignorar que possuem seu bojo calcado no mesmo sistema. No entanto, são essas “utopias experimentais” que permitem inventar o novo.

Mas o que, concretamente, é este novo inventado? Pode-se considerar (e, de certa forma, esperar) que esses sujeitos, na prática insurgente de enfrentamento da lógica hegemônica da produção capitalista do espaço, podem criar uma nova organização da constelação da sociabilidade que está à margem das práticas capitalistas. Exatamente neste ponto reside a potência constituinte do precariado.

É necessário, portanto, lembrar o trabalho de Gould (1995), *Insurgent identities*, referente à Comuna de Paris. Para o autor foi no momento do trabalho conjunto, como a fortificação das barricadas, que a dimensão de classe se tornou mais intensa e permitiu a construção de uma identidade compartilhada. Esta “[...] *network of social relationships in which potential protesters are implicated*” foi essencial para a formação da “identidade insurgente” e, portanto, para o “sucesso” da Comuna. De forma análoga, considera-se que o precariado, a partir de sua reprodução cotidiana aliada a uma certa territorialidade no espaço urbano, é, potencialmente, capaz de criar uma identidade insurgente. A sociabilidade que estão inseridos é condição para que possam reinventá-la. Ou, nos termos de Badiou (2012, p.56): “*A change of world is real when an in-existent of the world starts to exist in the same world with maximum intensity*”.

Dessa forma, os novos sujeitos políticos do urbano são aqueles que iniciam a ruptura com a ordem das coisas, alteram a distribuição do que é sensível e perceptível para a sociedade. Nos termos de Swyngedouw (2014, p.3): “*Whereby the ochlos (the rabble, the scum, the outcasts, the part of no-part) stage to be part of*

8 Apesar da crítica de Oliveira (2006), referente às ocupações reproduzirem à baixos custos a mão de obra, não poder ser desconsiderada.

9 Nesse sentido, destaca-se que outras pesquisas têm encontrado na luta pela moradia várias experiências de formação de sujeitos coletivos, como, por exemplo a pesquisa de Freitas e Melo (2014) referente à comunidade do bairro São Geraldo e também a pesquisa de Miranda (2012) referente à comunidade Dandara, ambas no município de Belo Horizonte.

the demos and, in doing so, inaugurate a new ordering of time and places". Portanto, uma revolução urbana a caminho para uma sociabilidade urbana mais justa passa, necessariamente, por uma redefinição da forma que se percebe, conceitua, vive e produz a vida cotidiana.

Neste processo de estar na cidade, derivado das demandas e anseios mais imediatos desta população, o conflito com a produção capitalista do espaço é inegável. A partir do conflito e do trabalho cotidiano é possível a organização de novas subjetividades a partir das experiências destes sujeitos. Não necessariamente existe um discurso (ou melhor, uma metanarrativa revolucionária) que organiza a prática destes indivíduos. Mas, paradoxalmente, estes "pequenos-grandes" atos cotidianos de reprodução da vida no nível mais material e da experiência vivida nos momentos de insurgência são o que reorganiza e permite produzir as subjetividades que estão em jogo. Os indivíduos passam por um processo de subjetivação capaz de promover mudanças na forma que percebem a realidade e, a partir delas, agem.

Podem então, a partir da alteração da percepção da realidade, ocorrer a abertura de oportunidades de construir uma nova práxis social? A questão a ser colocada é se, com esta nova práxis, são criadas novas maneiras de práticas sociais e espaciais baseadas na equidade e democracia? Como aponta Swyngedouw (2014), de forma inovadora e criativa, esses sujeitos reinventam a forma de estarem juntos no espaço urbano e reivindicam o urbano de maneira emancipatória.

No entanto, é necessário frisar que as contradições internas aos próprios movimentos desse precariado são muitas vezes impeditivas para uma efetiva mudança estrutural. Não existe uma condição prescrita para ocorrer esses movimentos que, devido a própria dinâmica social, são repletos de tensões. O movimento desses sujeitos é atravessado constantemente por conteúdos não necessariamente revolucionários e agenciam subjetividades que acabam conservando o status quo. Isto porque são indivíduos que estão inseridos na sociabilidade colocada pela sociedade capitalista e, dessas forma, estão embebidos dessa relação. Assim, deixa-se claro que esses movimentos estão imbricados com a lógica hegemônica. Em contrapartida, mesmo com as suas inerentes contradições, cada um desses movimentos pode representar, fruto da negatividade aberta pela prática capitalista, uma possibilidade de uma sociabilidade diferente. Mesmo com suas contradições, a própria reivindicação é um movimento anticapitalista, derivado da prática social que possui um conteúdo de uma negação determinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência de uma mudança nos processos que produzem o espaço contemporâneo a partir da dinâmica do capital torna-se cada vez mais evidente (Harvey, 2012). Daí, emerge o papel político não apenas dos "sujeitos coletivos" mas, também, dos pesquisadores e intelectuais que devem cumprir um engajamento social por uma mudança ética. Esta é a grande tarefa que autores, desde Marx e Engels (2011) até Lefebvre (2001) e Harvey (2012), têm defendido: A tarefa de imaginar e reconstruir uma nova, e totalmente diferente, realidade social da colocada (ou imposta) a partir da lógica globalitária do capitalismo.

Para tanto, é necessário que os vários movimentos anticapitalistas que estão sendo gestados em todo o mundo, e, em especial, nas áreas urbanas confluem para uma agenda propositiva e constituinte capaz de focar na transformação da vida cotidiana (Harvey, 2012). É dessa forma que os excluídos da cidade, o precariado, tornam-se importante força política coletiva.

Mas é esse novo sujeito coletivo, em essência, revolucionário? A resposta pretendida não é passível de existir até que, de fato, aconteça, como propõe o "ato" de Žižek (2012). Nosso interesse foi, exatamente, levar à questão da exploração que ocorre nas cidades buscando tangenciar as linhas de fuga dessa situação que acarretariam a superação dessa condição. O esforço é importante para pensar nos termos e nos significantes de uma mudança social no contexto urbano, tema que tem ganhado destaque em diversas publicações.

Contudo, considera-se a possibilidade imaneente de reconquistar a cidade para a realização da vida e não como meio e fim da acumulação de capital. Reconquistar a cidade significa ocupá-la. Através da ocupação do espaço urbano como valor de uso, subverter as próprias bases da sociabilidade capitalista, abrindo espaços para uma práxis que emerge exatamente nesse momento. Lefebvre (2001) afirma que a mudança para uma sociedade igualitária deve ter início com o resgate, ou, até mesmo, com a ressurreição dos valores de uso da cidade que foram engolidos e perdidos a partir do império dos valores de troca, em que tudo passa a ser mercantilizado. Neste sentido, novas práticas sociais e espaciais serão produzidas para alcançar-se algo mais justo e igualitário. Lutar pelo direito à cidade é romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo diferente de produção do espaço urbano, marcado pelo florescimento e interação igualitária de diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço.

Assim, compartilha-se a utopia de Henri Lefebvre (2008, p.104) em que, um dia, aqueles “expulsos do centro para a periferia retomem o caminho do centro ocupado pela mercadoria. Vão apoderar-se dele, com um pouco de sorte e muito discernimento”. Produzirão uma nova cidade, uma obra, no sentido mais amplo: Uma obra de arte. Nossa leitura não se pretende exaustiva em torno da questão, mas apontar algumas possibilidades que se apresentam no contexto urbano contemporâneo a partir das reflexões realizadas frente às práticas espaciais que são levadas pelos sujeitos excluídos da sociedade e da cidade observados no contexto urbano brasileiro recente. Assim, vislumbra-se aqui a hipótese que podem ser esses sujeitos coletivos capazes de permitir passar das ocupações-evento para a ocupação-cotidiana da cidade. Da apropriação seletiva à apropriação extensiva do espaço urbano por todos. Da cidade vendida para a cidade usada. São algumas das utopias experimentais para uma mudança social que surgem como virtualidade no horizonte do urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, Alain. *Compêndio de metapolítica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- BADIOU, Alain. *The rebirth of history: Times of riots and uprisings*. Londres: Verso Books, 2012.
- BENJAMIN, Solomon. Occupancy urbanism: Radicalizing politics and economy beyond policy and programs. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.32, 2008.
- BOULOS, Guilherme. A receita para acabar com as ocupações. *Folha de São Paulo* (on-line) 26/06/2014. Disponível em: www.folha.uol.com.br/colunas/guilherme-boulos/2014/061476430-receita-para-acabar-com-as-ocupacoes.shtml. Acesso em: 29/11/2014
- CANETTI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano: a questão da moradia. *Revista e-Metropolis*, n.17, 2014.
- ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.
- FREITAS, Luiz Fernando; MELO, Cíntia. O caso do bairro São Geraldo: mobilização social e formação de um sujeito coletivo na resistência às opressões e violações de direitos. In: *IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*, Curitiba. Anais do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais. Curitiba, 2014.
- GOULD, Roger. *Insurgent identities: Class, community and protests in Paris from 1848 to the Commune*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HARVEY, David. *Justiça social e a cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. *Rebel cities: From the right to the city to the urban revolution*. Londres: Verso, 2012.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.
- HARVEY, David. The right to the city. In: *New Left Review*, v.2, n.53, 2008.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- JAMESON, Fredric. *Representing capital: A reading of volume one*. Londres: Verso Books, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *Espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *The survival of capitalism*. New York: St. Martin Press, 1981.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARICATO, Ermínia. Globalização e política urbana na periferia do capitalismo. *Revista VeraCidade*, ano IV, nº4, 2009.
- MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*. V.17, n.48, 2003.
- MARICATO, Erminia. O nó da terra. *Revista Piauí*, n.21, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. *Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 1, Vol.1. 13ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MAYER, Joviano; ASSIS, Mariana. Por uma teoria e uma prática radical de reforma urbana. In: *III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2008.
- MIRANDA, Isabella. *Ocupando sonhos – a comunidade Dandara e as ocupações de terra nas cidades: Emancipação social e reforma urbana*. (Monografia de conclusão de curso). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

- OLIVEIRA, Francisco. *O vício da virtude: Auto-construção e acumulação capitalista no Brasil*. Novos Estudos – CEBRAP, n.74, 2006.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. São Paulo: Intrínseca, 2014.
- ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade?* Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1988.
- SANTOS, Milton. Metrôpole: a força dos fracos é o seu tempo lento. *Ciência e Ambiente*, v.IV, n.7, p. 7-12, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do urbano. *Geosp – Espaço e Tempo*, São Paulo, n.21, 2007.
- SMITH, Neil. *The new urban frontier – Gentrification and the revanchist city*. New York: Routledge, 2005.
- SWYINGEDOUW, Erick – Insurgent urbanity and the political city. In: MOSHSEN, Mostafavi (org.) *Ethics of the urban: The city and the spaces of political*. Zurique: Lars Müller Publishers, 2014.
- TONIN, Vitor Hugo. *Muita gente sem casa, muita casa sem gente*. Entre superlucros e superexploração: a dialética da habitação em um país dependente. (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2015.
- VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e Mercadoria – Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- ZIZEK, Slavoj. *Absolute recoil: Towards a new foundation of dialectical materialism*. Londres: Verso Books, 2014.
- ZIZEK, Slavoj. Architectural Parallax: Spandrels and other phenomena of class struggle. In: *Lacan ink*. 2009. Disponível em: www.egs.edu/faculty/slavoj-zizek/articles/architectural-parallax/ Acesso em: 10/08/2014.
- ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no Fim dos Tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012. ■